



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 02/09/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado expressou perplexidade e preocupação com o julgamento em curso, no Supremo Tribunal Federal (STF), dos envolvidos no chamado núcleo 1 da suposta trama golpista de 8 de janeiro. Assinalou a percepção de que o julgamento estaria sendo conduzido com parcialidade e cartas marcadas, destacando a composição da Primeira Turma do STF. Ainda, destacou que milhões de brasileiros estão revoltados com a sentença, que, supostamente, já está escrita. Ademais, declarou conhecer e ter respeito pessoal aos acusados e criticou a atuação da mídia por propalar a sentença que sequer foi proferida e sugerir que há debate entre Ministros apenas em relação à gradação da pena. Por fim, enfatizou a importância da imparcialidade no Judiciário, conforme previsto na Constituição de 1988, e alertou para os riscos de injustiça institucional.

Adilson Barroso (PL - SP) - O Deputado manifestou indignação diante do julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro, que estaria sendo injustamente acusado, mesmo sendo pessoa honesta e defensor da democracia. Criticou o fato de o processo estar sob relatoria e julgamento de um Ministro que também se considera vítima, o que compromete a imparcialidade da decisão e gerará nulidade futuramente. Ainda, alertou os Deputados sobre o risco de perseguições políticas e informou acreditar que o mundo civilizado democrático está somente aguardando o julgamento acontecer, para confirmar a injustiça e reagir contra os autores que a cometem. Ademais, alegou que o verdadeiro golpe à democracia teria sido a libertação de um político condenado por roubo em três instâncias e posteriormente eleito com apoio de outros políticos, artistas, da mídia e do crime organizado. Além disso, comparou o cenário atual brasileiro a uma situação de falência e retrocesso institucional, mencionando o risco de o País se aproximar da realidade da Venezuela. Ao final, clamou por anistia.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado declarou profunda tristeza diante da injustiça que está sendo cometida no julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Argumentou que Bolsonaro não tem qualquer débito com a Justiça e, apesar disso, já está preso, mesmo sem ter sido julgado, destacando contraste com outra pessoa que roubou no petrolão, no mensalão e no BNDES. Por fim, concluiu seu discurso com um apelo pela anistia.

Dr. Francisco (PT - PI) - O Deputado lamentou os assassinatos de Penélope Miranda de Brito, guarda municipal, e Thiciano Ribeiro da Cruz, advogado e Vereador de Parnaíba (PI), cometidos pelo ex-marido de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Penélope em Teresina (PI). Elogiou a rápida atuação policial, mas ressaltou que a punição judicial não repara as perdas. Além disso, apontou que o crime exemplifica a escalada do feminicídio no Brasil, com 1.450 casos registrados em 2024, conforme o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, e assinalou que medidas legais e repressivas não bastam para conter essa violência. Por fim, defendeu ações coletivas envolvendo o Estado, o Parlamento, a Justiça, as famílias, as igrejas e toda a sociedade, como formas de promover a igualdade de gênero e evitar novos crimes.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado afirmou que o início do julgamento, no Supremo Tribunal Federal, do ex-Presidente Jair Bolsonaro, gerais, um almirante, um tenente-coronel e delegados da Polícia Federal, representa um marco histórico na busca por justiça contra os que atentaram contra a democracia brasileira. Assinalou que os réus tentaram destruir a Constituição e promover um golpe de Estado. Ademais, criticou os pedidos por anistia, apontando-os como desrespeito ao Regimento Interno e incentivo à impunidade, a qual classificou como a mãe de todos os crimes. Além disso, defendeu a responsabilização como dever de justiça e acusou os que defendem os réus de colaborarem com organizações criminosas. Por fim, levantou o debate sobre quem realmente defende o Brasil e o seu povo, e comparou o julgamento atual à Independência do Brasil como símbolo de proclamação da justiça contra quem quer destruir o País com golpe de Estado.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Eduardo, de Tangará da Serra (MT), do Partido Liberal, e dos Vereadores Escobar e Esdras, destacando a importância da cidade para o agronegócio. Além disso, expressou desagrado com o cenário político nacional, criticando o uso de narrativas por adversários políticos, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), e contextualizou com menção a uma frase atribuída a Lenin: "*Acuse os seus adversários do que você faz e xingue-os do que você é*".

Zé Haroldo Cathedral (PSD - RR) - O Deputado registrou a presença, no plenário da Câmara dos Deputados, do Deputado Estadual Lucas Souza (PSD-RR) e do Superintendente do Ministério da Agricultura em Roraima, Naicon Rodrigues. Informou que se reunirão com o Ministro Carlos Fávaro para apresentação de demandas e busca por mais resultados para o Estado de Roraima.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado fez contraponto a posicionamentos políticos, ao mencionar dois episódios legislativos recentes relacionados à segurança pública. Ressaltou que partidos como o PSOL e o PT e membros da extrema Esquerda votaram contra a proposta de aumento, para 80%, do tempo de cumprimento em regime fechado para crimes hediondos (Projeto de Lei nº 1.112, de 2023). Além disso, afirmou que o Governo atual, sendo de extrema Esquerda, recusou classificar facções criminosas, como PCC e Comando Vermelho, como organizações terroristas (Projeto de Lei nº 1.283, de 2025). Por fim, ressaltou que há uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

distinção clara entre quem combate o crime e quem protege criminosos, conclamando a sociedade a formar sua opinião sobre o tema.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado fez uma observação sobre o uso indevido do tempo destinado às Breves Comunicações, ressaltando que esse espaço regimental serve para comunicações objetivas, por 1 minuto, e não para debates políticos, os quais devem ocorrer nos momentos adequados, no período de 3 minutos. Além disso, defendeu o respeito mútuo entre os Parlamentares e a necessidade de cumprir o Regimento Interno, classificando os pedidos de aparte sem inscrição como desrespeito aos inscritos. Por fim, respondeu a críticas recentes, refutando a ideia de que o Brasil estaria quebrado, afirmando que o cenário atual, ao contrário da época do Governo Bolsonaro, apresenta indicadores positivos como geração de emprego, controle da inflação e reconhecimento internacional.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou o julgamento em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) envolvendo o ex-Presidente Bolsonaro e integrantes do que foi denominado “núcleo duro da trama golpista”, classificando-o como um teatro político. Assinalou que se trata de um julgamento político que desrespeita o devido processo legal, acusando o STF de conduzir uma decisão pautada por ideologias pessoais de magistrados, e não por critérios técnicos. Ademais, ressaltou que o foro adequado não é o STF, e que, dessa forma, inexiste o duplo grau de jurisdição, o que constitui grave violação constitucional. Por fim, citou Rui Barbosa para afirmar que a justiça tardia se transforma em injustiça institucionalizada e lamentou que, no Brasil, quem deveria estar fazendo justiça está praticando injustiça.

Zé Haroldo Cathedral (PSD - RR) - O Deputado registrou a visita do Prefeito André Castro à Câmara dos Deputados, destacando seu empenho em Brasília na busca por recursos, junto aos Ministérios, para o Município de Cantá (RR). Além disso, enalteceu a postura proativa do gestor municipal para a melhoria da qualidade de vida da população local e reiterou apoio à atuação do Prefeito.

Rafael Fera (PODE - RO) - O Deputado comunicou que a Polícia Federal, por meio da Operação Caixa de Minas, investiga um prejuízo superior a 41 milhões de reais no fundo de previdência do Município de Ji-Paraná (RO). Expressou preocupação com a situação e informou que irá protocolar ofício junto ao Tribunal de Contas para solicitar auditoria ou tomada de contas no Instituto de Previdência do Município de Ariquemes (Ipema). Ainda, afirmou que também solicitará informações detalhadas à Prefeitura e ao Ipema sobre todos os repasses anuais realizados e, por fim, destacou a importância de proteger os servidores públicos que contribuíram ao longo da vida para garantir uma aposentadoria digna.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado registrou pesar pela morte do jornalista Mino Carta, fundador da CartaCapital e também da Veja e ISTOÉ. Destacou seu legado cultural, sua produção de textos refinados e seu compromisso com a democracia, lembrando sua atuação combativa contra a ditadura. Por fim, manifestou condolências à família e concluiu com a homenagem: “Mino Carta, presente! Agora e sempre.”.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado afirmou que atentar contra o Estado Democrático de Direito é crime grave, não passível de anistia, e criticou discursos que tentam banalizar os atos golpistas de 8 de janeiro. Destacou que os acusados contam com ampla defesa, inclusive com alguns dos melhores advogados do país, mas que muitos manifestantes, incitados por líderes, não têm recursos e acabaram presos. Por fim, ressaltou que a Constituição não permite anistia para esse tipo de crime, classificando-o como inalienável, e defendeu que o Judiciário cumpra seu papel.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado relatou sua participação em um seminário internacional do Parlasul, em Sant’Ana do Livramento (RS), que discutiu problemas enfrentados pelas populações de fronteira. Destacou a falta de efetividade dos acordos entre países, que não chegam “na ponta”, dificultando atendimentos em casos de acidentes, saúde e migração. Além disso, manifestou preocupação com o empobrecimento da Região da Campanha e da fronteira gaúcha, marcado por cinco safras frustradas pela seca e pela calamidade climática, levando produtores ao endividamento. Também apresentou o Projeto de Lei nº 4.120, de 2025, que cria a Zona Franca dos Pampas e o Fundo Pampa, inspirado no modelo da Zona Franca de Manaus, para estimular investimentos e reconstruir a economia regional. Concluiu agradecendo a solidariedade recebida pelo RS e afirmou que a proposta está aberta a contribuições para melhorar a vida dos gaúchos.

Padre João (PT - MG) - O Deputado criticou os que se autoproclamavam patriotas, mas estão hoje no banco dos réus, acusados de tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, vandalismo e ameaças graves. Condenou generais e delegados que defendem tais atos, afirmando ser inadmissível que quem deveria guardar a Constituição a desrespeite. Destacou que as provas contra os envolvidos são contundentes, incluindo planos de atentado contra Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes, além de tentativa de explosão no aeroporto. Além disso, afirmou que não pode haver impunidade, e o Supremo Tribunal Federal (STF) tem a responsabilidade de garantir que esses crimes sejam julgados e punidos. Concluiu dizendo que em breve aqueles que defendem os golpistas terão “bandidos para chamar de seus”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Padovani (UNIÃO - PR) - O Deputado criticou o cenário político atual, dizendo imaginar a indignação da população do interior diante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga sindicatos e associações acusados de roubar aposentados, pensionistas, professores e policiais, ao mesmo tempo em que um ex-Presidente é julgado por um magistrado que já havia atuado como advogado de condenado por corrupção. Por fim, afirmou que esse contraste causa perplexidade ao trabalhador que paga impostos e declarou, na Semana da Pátria, que mantém a esperança em mudanças para redirecionar o Brasil.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado afirmou que o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro e aliados por conspiração golpista representa o dia em que a democracia se reavivou. Disse que os atos de Bolsonaro configuraram crimes contra o povo e o Estado Democrático de Direito, citando perseguições, negação da ciência, desrespeito à vida, destruição ambiental e tentativas de golpe. Além disso, inspirado em Isaías, ressaltou que ninguém está acima da lei e que o julgamento deve ser não só resposta jurídica, mas também purificação moral contra o autoritarismo. Concluiu dizendo que quem atenta contra a democracia planta maldição para si, enquanto quem a defende será lembrado como guardião da liberdade e da justiça.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou o julgamento de Jair Bolsonaro, classificando-o como uma “inquisição” e um processo kafkiano, com 10 mil páginas sem provas concretas, apenas hipóteses. Rebateu fala anterior de um Parlamentar que mencionou suposta tentativa de morte de Lula e Alckmin, exigindo provas como fotos ou vídeos, e acusou-o de pecar ao levantar acusações sem evidências. Por fim, afirmou que Bolsonaro e seus apoiadores estão sendo alvo de um julgamento injusto e arbitrário.

Murillo Gouvea (UNIÃO - RJ) - O Deputado voltou a cobrar melhorias na segurança pública no interior do Rio de Janeiro, destacando o aumento da violência em cidades da Região Noroeste, como Varre-Sai (RJ), São Francisco de Itabapoana (RJ) e Itaperuna (RJ), onde facções e milícias disputam território. Além disso, criticou a ausência do programa Segurança Presente na região e pediu ao Governador Cláudio Castro que estenda a iniciativa para o Noroeste fluminense. Por fim, elogiou o trabalho da Polícia Militar e da Polícia Civil, mas reforçou que elas precisam de apoio efetivo do Estado para enfrentar traficantes e garantir tranquilidade à população, que hoje vive sob medo constante.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada destacou a importância da Unisol Brasil, central de cooperativas e empreendimentos solidários, que realiza congresso com forte participação gaúcha, ressaltando o papel transformador da economia solidária para comunidades e para o País. Cumprimentou o Governo Federal por manter, sob Gilberto Carvalho, uma secretaria dedicada ao tema, retomando princípios defendidos por Paul



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Singer e apoiados pelo Presidente Lula. Ao final, prestou homenagem ao escritor Luis Fernando Veríssimo, falecido recentemente, exaltando sua contribuição à literatura, à cultura e à democracia brasileira.

Julio Lopes (PP - RJ) - O Deputado informou sobre os debates na Comissão de Segurança Pública a respeito do Projeto de Lei nº 2.646, de 2025, que dispõe sobre os crimes praticados por organizações criminosas no âmbito de grandes setores da economia, e cria medidas de prevenção e repressão de condutas criminosas praticadas por organizações criminosas e para coibir práticas ilegais nos setores público e privado, propondo o agravamento de penas, especialmente para o crime de receptação. Destacou ainda a audiência sobre a transformação das Guardas Municipais em Polícias Municipais, citando que as maiores polícias do mundo têm caráter municipal e defendendo essa mudança para fortalecer a segurança pública no Brasil. Por fim, pediu urgência na tramitação do projeto, reforçando a necessidade de respostas rápidas para garantir maior proteção aos cidadãos.

Fernando Mineiro (PT - RN) - O Deputado afirmou que o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) marca um dia histórico, por ser a primeira vez que uma Corte civil julga crimes contra a democracia no Brasil. Afirmou tratar-se do início do fim da impunidade de Jair Bolsonaro, a quem chamou de “contumaz criminoso contra a democracia”, lembrando episódios desde sua carreira no Exército, como Deputado e como Presidente. Além disso, destacou que Bolsonaro teria comandado um golpe e até planejado assassinatos de autoridades, e citou declarações polêmicas do ex-Presidente que revelam sua trajetória autoritária. Por fim, afirmou que este julgamento deve condenar Bolsonaro e encerrar sua carreira de impunidade.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado registrou a presença do Vereador Camilo, de Aracaju (SE), que assumirá em breve a presidência do Partido dos Trabalhadores (PT) no Município. Além disso, destacou que Camilo está em Brasília (DF) participando de audiências com o Governo Federal sobre temas relevantes para a capital sergipana, parabenizando tanto a Câmara Municipal quanto o Vereador pelo trabalho realizado em Aracaju.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado relatou ter recebido uma comissão de aprovados no concurso da Polícia Rodoviária Federal (PRF), cujo prazo expira em dezembro. Defendeu a convocação dos excedentes, destacando apoio do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais da Bahia, liderado pelo Vereador Silvio Dias. Por fim, afirmou que encaminhará a solicitação à Ministra Esther Dweck e ao Ministro da Casa Civil, Rui Costa, reforçando que há respaldo legal para o aproveitamento e que a medida é urgente diante da prioridade nacional da segurança pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado questionou se o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro representa justiça ou vingança política. Afirmou que a justiça deve ser imparcial e objetiva, enquanto a vingança distorce a lei. Criticou o Supremo Tribunal Federal (STF), levantando pontos como: Ministros que já manifestaram posições contra Bolsonaro julgarem o caso; falta de direito a recurso em outra instância; prisões e processos baseados em opiniões políticas; perseguição a jornalistas e políticos de direita; e até intimação em momentos de fragilidade de saúde. Por fim, alertou que, se prevalecer a vingança, ela pode destruir também quem a pratica.

Dimas Gadelha (PT - RJ) - O Deputado afirmou que o 8 de janeiro representou um ataque direto à democracia e ao patrimônio coletivo do povo brasileiro. Comparou a invasão das sedes dos Poderes à invasão da casa e agressão à família de qualquer cidadão, ressaltando que democracia é a “casa comum” da Nação. Destacou que o julgamento em curso é histórico, pois mostra que no Brasil ninguém está acima da lei, nem mesmo um ex-Presidente. Além disso, recordou fatos como a tentativa de explosão no aeroporto, a depredação dos prédios públicos e a existência da minuta de golpe “Punhal Verde e Amarelo”, que previa assassinatos de autoridades. Concluiu dizendo que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) honra os que no passado lutaram pela democracia e serve de exemplo às gerações futuras, reafirmando que nunca se deve ousar contra o Estado Democrático de Direito.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado celebrou a mudança no edital do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), que agora permitirá duas tentativas no processo seletivo, ampliando as chances de ingresso de crianças e adolescentes. Lembrou ter sido aluno da instituição, ressaltou seu papel transformador e defendeu o aumento do número de vagas, com apoio de emendas parlamentares. Por fim, afirmou que investir nos colégios militares é fortalecer a educação pública de excelência e transformar vidas com técnica e humanidade.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado afirmou que Jair Bolsonaro simbolicamente ocupa hoje o “banco dos réus” como líder da direita golpista. Em seguida, fez um resgate histórico, lembrando tentativas de golpe contra Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, até o golpe militar de 1964 e o AI-5, que instaurou prisões arbitrárias, torturas e cassações. Por fim, defendeu a união das forças democráticas para preservar o Estado Democrático de Direito e os direitos fundamentais, destacando a vida humana como valor supremo.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado declarou que o julgamento de Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF) é um momento de importância histórica, mas lamentável, por se tratar de um ex-Presidente que teria atentado contra a democracia e liderado uma tentativa de golpe. Destacou que o processo reafirma o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Estado Democrático de Direito, pois garante defesa e contraditório, ao contrário do que ocorreria sob ditadura. Além disso, lembrou episódios que antecederam o 8 de janeiro, como o plano de explosão no aeroporto e a invasão da sede da Polícia Federal (PF), ressaltando que a lei deve valer para todos. Afirmou que o julgamento simboliza a defesa da soberania nacional e a necessidade de responsabilização. Concluiu exaltando: “Viva o Brasil, viva a democracia!”.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado afirmou que 2 de setembro de 2025 é um dia histórico, pois marca o início do julgamento de Jair Bolsonaro e aliados, acusados de tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. Comparou o processo a julgamentos internacionais de crimes contra a democracia, como Nuremberg e o das juntas argentinas, ressaltando que Bolsonaro teve amplo direito de defesa. Destacou que o ex-Presidente convocou a cúpula militar, usou a máquina pública, intimidou opositores, apoiou acampamentos e até teria planejado o assassinato de Lula e Alckmin, culminando nos atos de 8 de janeiro. Por fim, classificou Bolsonaro como o “maior bandido da história do País”, defendeu que não haja perdão ou anistia e encerrou citando o hino baiano de 2 de Julho: “Nunca mais o despotismo regerá nossas ações; com tiranos não combinam brasileiros corações”.

Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado destacou a descoberta da maior concentração de terras raras do mundo em Roraima, anunciada no fim de agosto. Criticou a falta de valorização do Brasil e da imprensa nacional diante do achado, que pode desbancar a hegemonia chinesa no setor — hoje responsável por 70% da produção mundial. Explicou que as terras raras, compostas por 17 elementos essenciais à tecnologia moderna, têm enorme valor estratégico e que apenas 100 hectares podem produzir por mais de 60 anos; em Roraima, foram identificados mais de 100 mil hectares. Por fim, lembrou que a região sempre foi rica em recursos naturais, mas historicamente esquecida, e afirmou que é hora de colocar Roraima como potência econômica, cobrando iniciativas legislativas e atenção do Governo Federal.

Átila Lins (PSD - AM) - O Deputado destacou três pautas centrais em tramitação na Câmara. Citou em primeiro lugar a reforma administrativa, que começaria a ser debatida no plenário e em Comissão Geral, ressaltando a necessidade de reduzir gastos públicos sem prejudicar direitos dos servidores. Em seguida, citou o projeto do Executivo que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil, já em regime de urgência e com parecer do Deputado Arthur Lira. Também mencionou os trabalhos sobre o novo Plano Nacional de Educação, que deverá vigorar de 2026 a 2036, defendendo atenção especial ao custo amazônico. Ao finalizar, ressaltou que a semana seria marcada por intensos debates que reforçariam o papel democrático da Casa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada afirmou que o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro e de outros réus representava um marco histórico para a democracia brasileira, demonstrando que ninguém está acima da lei. Recordou que as investigações duraram mais de dois anos e reuniram provas sobre crimes como tentativa de golpe de Estado, conspiração para assassinatos de autoridades e danos ao patrimônio público. Destacou que o processo tinha caráter pedagógico, para impedir novas ameaças ao Estado Democrático de Direito. Ademais, defendeu a responsabilização de financiadores e cúmplices do 8 de Janeiro, além do desmonte das estruturas do fascismo, em nome da construção de um País mais justo e soberano.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado prestou homenagem póstuma a Dêlcio Hugentobler, ex-Prefeito de Taquara (RS), que faleceu aos 69 anos. Destacou o legado do líder trabalhista, lembrando obras, recursos e melhorias conquistadas para a população da cidade. Também ressaltou sua trajetória marcada pela probidade, lealdade e amizade, além de sua atuação política em defesa do trabalhismo. Além disso, mencionou a família do homenageado e afirmou que Taquara (RS) reconhecia a importância de sua contribuição. Encerrou com uma referência simbólica aos grandes nomes do trabalhismo, desejando que Dêlcio continuasse a inspirar coragem e civismo.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado afirmou que o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro e de militares de alta patente simbolizava o fim da impunidade e da tutela militar no Brasil. Enfatizou que os responsáveis por golpes, ditadura, intolerância, *fake news*, destruição ambiental e ataques à vida durante a pandemia seriam julgados com direito de defesa, mas também responsabilizados. Comparou a situação às condenações de ditadores na Argentina e no Chile e defendeu que o bolsonarismo retornaria ao “bueiro”. Ademais, elogiou o Supremo Tribunal Federal e o Ministro Alexandre de Moraes e declarou que a luta era por justiça, não por vingança. Relatou sua experiência pessoal como vítima da ditadura e concluiu celebrando a possibilidade de o Brasil voltar a sorrir e viver em paz.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado criticou a omissão do Banco Central diante de um esquema bilionário de lavagem de dinheiro, estimado em mais de R\$ 52 bilhões, operado por *fintechs* e vinculado ao crime organizado e ao narcotráfico. Questionou como a instituição, mesmo autônoma e responsável pela fiscalização do sistema financeiro, não detectou a movimentação. Além disso, defendeu a necessidade de endurecer a legislação para evitar que brechas no sistema bancário facilitem a ocultação de recursos e pediu manifestação pública do Banco Central e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Ressaltou ainda o trabalho da Receita Federal e da Polícia Federal na apuração e alertou que cortar o financiamento do crime organizado é essencial para reduzir o tráfico de drogas e armas no País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada registrou a realização da 7ª Festa do Leite, no Distrito de Palmeiras, em Nova Mamoré (RO), destacando a tradição e a importância econômica do evento para a região e para o Estado. Ressaltou que o Município é responsável pela produção de 80 mil litros de leite por dia e que a festa movimentou mais de R\$ 20 milhões com a participação de 35 expositores. Entre as atrações, mencionou o recorde alcançado pelo queijo muçarela de 555 quilos. Ao concluir, parabenizou produtores, lideranças locais e a organização, ressaltando o papel do homem e da mulher do campo no desenvolvimento de Rondônia e reafirmou apoio ao setor agropecuário.

Aliel Machado (PV - PR) - O Deputado registrou a posse da nova Diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Ponta Grossa (PR), presidida por Edson Luiz Ribeiro Ramos, o Edinho. Parabenizou a liderança sindical e destacou o papel fundamental da categoria na defesa dos trabalhadores e na proteção do patrimônio, das famílias e das pessoas. Ademais, lembrou que seu pai foi vigilante e ressaltou o orgulho em ver sindicatos comprometidos com a seriedade, a competência e a defesa da coletividade. Concluiu reforçando a importância dos vigilantes não apenas pela função de segurança, mas também pelo impacto social de sua atuação.

Bacelar (PV - BA) - O Deputado afirmou que o julgamento sobre a tentativa de golpe reafirmava a força da democracia brasileira e enviava ao mundo a mensagem de que ela é inegociável. Ainda sobre o assunto, destacou cinco pontos principais: o respeito à Constituição de 1988 como base da vida democrática; a independência entre os Poderes; a supremacia da lei, garantindo que ninguém esteja acima dela; a Justiça como pilar da República; e a força da sociedade civil, que resistiu ao medo e confiou nas instituições. Ressaltou que a decisão representava um triunfo coletivo e uma garantia do futuro democrático, deixando claro que não haverá espaço para novas tentativas de ruptura institucional.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro, afirmando que se tratava de revanchismo político e de condenação sem base em crime concreto. Questionou a imparcialidade de Ministros do Supremo Tribunal Federal, lembrando suas indicações e vínculos políticos, e apontou contradições em comparações com episódios envolvendo a ex-Presidente Dilma Rousseff e líderes da Esquerda no passado. Também salientou que, se Bolsonaro quisesse dar um golpe, teria feito durante o mandato, e não depois. Acusou ainda o Governo de corrupção, citando o escritório do filho do Ministro da Justiça em contratos com sindicatos que desviaram recursos de aposentados. Por fim, ressaltou que prender Bolsonaro não resolveria os problemas do País, que continuaria estagnado sob gestão do PT.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada afirmou que o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal simbolizava a defesa da democracia e o fim da impunidade. Destacou que as acusações envolviam tentativa de golpe de Estado, organização de milícia armada, crimes contra a humanidade durante a pandemia, corrupção, devastação ambiental e ataques aos povos ianomâmis. Ressaltou que o processo enviava ao mundo a mensagem de que quem afronta a Constituição precisa ser responsabilizado. Além disso, registrou o lançamento do Caderno do Plano Nacional de Educação Antirracista, elaborado a partir de mais de 400 propostas da sociedade civil, com foco em formação docente; educação quilombola, indígena e do campo; além da aplicação efetiva das Leis nºs 10.639 e 11.645.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado classificou o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro como a maior farsa processual da história do Brasil, afirmando que não havia provas concretas, apenas narrativas usadas para afastar opositores e calar adversários. Também criticou a investigação por buscar ligações inexistentes com crime organizado ou narcotráfico. Ademais, assegurou que o processo não enfraqueceu a Direita, que permanece unida e fortalecida. Concluiu enfatizando que o Brasil merece dias melhores e que não haverá desistência na defesa de seus princípios políticos.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado destacou que o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro e de militares por tentativa de golpe de Estado representava um marco histórico para a democracia brasileira. Lembrou que, pela primeira vez, ex-Presidente e generais seriam responsabilizados por atentarem contra o Estado Democrático de Direito. Rejeitou acusações de que o processo seria uma farsa, ressaltando que a tentativa de desestabilizar o regime e os planos de atentados configuram crime. Também criticou a atuação de Bolsonaro durante a pandemia, incluindo omissão e incentivo a tratamentos não comprovados. Concluiu afirmando que o processo simbolizava o início da responsabilização de quem atentou contra a democracia e a vida dos brasileiros.

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro, generais e ex-Ministros representava um momento histórico para a democracia brasileira, destacando que se trata da responsabilização por tentativa de golpe de Estado em 2022. Citou planos como carro-bomba, atentados e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal, além de lembrar o voto de Bolsonaro no *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff em 2016, que glorificou torturador e atacou a democracia. Ressaltou também a gestão negligente da pandemia e criticou o autoritarismo do ex-Presidente e seus aliados. Concluiu enfatizando que, apesar da democracia ainda ser frágil, a justiça seria cumprida e a extrema direita não seria normalizada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Átila Lins (PSD - AM) - O Deputado registrou a participação em eventos culturais e cívicos no Amazonas. Destacou o XXXV Festival Folclórico de Barreirinha, com apresentações do Touro Preto e do Touro Branco, durante o qual assinou convênio para a construção de um balneário público. Também mencionou a visita à Festa da Laranja em Rio Preto da Eva (AM), acompanhando o Governador Wilson Lima e a Prefeita Socorro Nogueira, ocasião em que participou de inaugurações e reinaugurações de obras. Por fim, ressaltou a importância dessas ações para o fortalecimento da cultura local e o desenvolvimento das comunidades visitadas.

Welter (PT - PR) - O Deputado destacou que o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro e de militares de alta patente representava um marco histórico para a democracia brasileira. Enfatizou que conspirar contra o Estado Democrático de Direito é crime e que todos, independentemente de posição ou patente, devem responder à lei. Ressaltou a importância do fortalecimento das instituições e da observância de todos os direitos de defesa durante o processo. Afirmou ainda que o julgamento enviava uma mensagem ao mundo sobre a seriedade da democracia no Brasil e simbolizava a vitória da Constituição e do Estado Democrático de Direito.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado contestou a narrativa de golpe apresentada pelo PT, questionando a lógica de considerar um *impeachment* como golpe e apontando contradições nos argumentos do partido. Destacou que o julgamento atual não fazia sentido diante das acusações e afirmou que o PT vive de narrativas falsas.

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado denunciou que, no dia 29 de agosto, a Meta derrubou sem justificativa as contas do Congresso Nacional Afro-Brasileiro no Instagram após uma homenagem a Aleijadinho, importante artista negro brasileiro. Afirmou também que a medida foi arbitrária, lembrou que outros nomes do movimento negro também foram afetados e citou o caso do escritor Jeferson Tenório. Por fim, manifestou solidariedade aos integrantes da entidade, anunciou que medidas judiciais serão tomadas para recuperar os perfis e criticou as plataformas digitais por cercearem a liberdade de expressão de organizações que combatem o racismo.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado criticou a Esquerda extremista que estaria promovendo um “período de trevas” no País. Classificou como farsa o processo contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro, alegando fraudes, censura e violações de direitos humanos, citando inclusive supostas irregularidades apresentadas na Comissão de Segurança Pública do Senado. Acusou ainda a Esquerda de defender ditaduras estrangeiras e de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

tentar implantar no Brasil um modelo semelhante ao de regimes autoritários. Ao final, defendeu anistia irrestrita aos condenados por esses processos.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado destacou sua atuação em prol do Estado do Rio de Janeiro, com ênfase na Baixada Fluminense e em São João de Meriti (RJ), cidade para a qual destinou mais de R\$ 38 milhões em recursos para a saúde, resultando em inauguração de maternidade, hospital municipal e UPA infantil. Citou ainda seu trabalho em temas de mobilidade urbana, como a duplicação da Rodovia Presidente Dutra, a revitalização da ferrovia da Baixada e obras de infraestrutura. No contexto do encontro nacional de guardas municipais realizado no Auditório Nereu Ramos, defendeu a aprovação das Propostas de Emenda à Constituição nº 57, de 2023, nº 37, de 2022 e nº 18, de 2025, que propõem transformar as guardas municipais em polícia municipal. Destacou que a medida ampliaria o combate à criminalidade e reforçaria a segurança pública nos Municípios, aliviando a carga da Polícia Militar.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado criticou os que minimizam as ações que antecederam os ataques golpistas no Brasil. Enumerou uma série de episódios atribuídos ao grupo ligado ao ex-Presidente Bolsonaro, tais como: minuta de golpe, grampos, consulta a comandantes das Forças Armadas, uso da Polícia Rodoviária Federal para favorecer a eleição do então Presidente e supostos planos de assassinato de autoridades. Denunciou ainda que um dos filhos do ex-Presidente estaria, atualmente, conspirando nos Estados Unidos. Concluiu, afirmando tratar-se de uma tentativa de golpe que exige responsabilização dos envolvidos.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada defendeu que a atual discussão não se trata de confronto entre direita e esquerda, mas de proteção da democracia e da soberania nacional. Lembrou que os ataques de 8 de janeiro às sedes dos Três Poderes foram planejados para gerar caos pós-eleitoral e justificar uma intervenção militar, numa tentativa frustrada de golpe inspirada no ocorrido nos Estados Unidos. Afirmou também que o ex-Presidente da República tem responsabilidade central por ter jurado respeitar a Constituição e, mesmo assim, permitir ameaças às instituições. Por fim, reforçou que a Câmara não pode minimizar a gravidade dos fatos, que precisam ser julgados.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado agradeceu ao Deputado Vicentinho pela sensibilidade em votar, na próxima semana, o projeto que permite provimento para aprovados nos concursos da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, viabilizando a inclusão dos recursos na Lei Orçamentária Anual para convocação imediata. Criticou o Governo Lula, afirmando que, desde fevereiro, não houve avanço na paridade da Polícia Civil com a Polícia Federal nem nos reajustes salariais para as corporações do Distrito Federal. Por fim, pediu união dos Parlamentares e informou ter articulado com Vicentinho e o Senador Izalci



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

para votar os Projetos de Lei do Congresso Nacional ns.12 e 10, que tratam dos reajustes e provimentos dessas carreiras.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado registrou homenagem ao radialista Val Rodrigues, que recebeu moção de aplauso da Câmara de Vereadores de Guanambi (BA) por seus 30 anos de atuação no rádio. Destacou a importância do jornalismo local e a credibilidade do profissional, que apresenta programa matinal às 7h, levando informações para Guanambi (BA), região e, pela Internet, para todo o Brasil. Ressaltou também que a moção, proposta pelo Vereador Pretinho, foi aprovada por unanimidade. Por fim, parabenizou Val Rodrigues pelo trabalho competente e pela trajetória dedicada à comunicação.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado repudiou a agressão sofrida pela médica Maria Júlia, que atua na UPA de Guarapari (ES). Relatou que a profissional, reconhecida pelo trabalho humanitário e por liderar ações voluntárias na área de pré-natal, foi ameaçada e hostilizada pelo Vereador Oldair Rossi dentro da unidade de saúde. Enfatizou ainda a necessidade de respeito aos profissionais de saúde e destacou a trajetória da médica, que optou por trabalhar no SUS atendendo a população carente. Por fim, cobrou providências do Conselho Regional de Medicina e da Câmara Municipal de Guarapari contra o comportamento do Vereador.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado destacou a relevância do turismo e prestou homenagem ao empresário Regis Azevedo, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH). Ressaltou a contribuição de Azevedo para o setor hoteleiro e para o desenvolvimento do turismo no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, onde a Serra Gaúcha se consolidou como o segundo maior polo turístico do País.

Paulo Lemos (PSOL - AP) - O Deputado afirmou que o julgamento em curso dos atos antidemocráticos ocorridos em janeiro de 2023 respeita a Constituição e garante o contraditório e a ampla defesa, ressaltando que não se trata de perseguição política. Destacou que os atos questionados colocaram em risco as instituições brasileiras e que a impunidade não pode abrir precedente para o futuro. Defendeu ainda que a liderança política deve priorizar a soberania do povo e a estabilidade das instituições, e que o momento representa a reafirmação da lei e da democracia, reforçando o compromisso do Parlamento com a proteção de direitos sociais e a dignidade da população.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou que o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026, enviado pelo Presidente Lula, prevê reajuste do salário mínimo para R\$ 1.631, valor que corrige a inflação e contribui para o crescimento econômico. Afirmou também que o aumento reforça políticas de empregabilidade e a saída do Brasil do Mapa da Fome, sendo relevante para a economia e o desenvolvimento do País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado ressaltou a importância histórica do processo judicial em curso no Brasil, destacando que a jovem democracia do País está sendo observada internacionalmente. Comparou a situação brasileira à invasão do Capitólio nos Estados Unidos, enfatizando que, ao contrário do caso americano, o Judiciário brasileiro não “passou pano” e garante que os responsáveis por tentativas golpistas respondam exemplarmente por seus atos. Destacou ainda que o processo serve de referência acadêmica e legal, mostrando rigor técnico e respeito ao Estado Democrático de Direito.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou a grave crise de abastecimento de água no Semiárido baiano, especialmente na região de Guanambi (BA) e no Sertão produtivo. Relatou visitas a diversos Municípios, onde constatou dificuldades no fornecimento de água, mesmo com o uso de carros-pipas pelas Prefeituras. Enfatizou também a importância do programa de cisternas e solicitou agilidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome na construção de novas cisternas. Cobrou ainda que o Exército e a Defesa Civil melhorem a metodologia de distribuição da água, garantindo acesso mais próximo às famílias afetadas.

Da Vitoria (PP - ES) - O Deputado registrou a indignação da bancada federal capixaba diante do impasse sobre a renovação da concessão da Vale, que anunciou que não cumprirá o trecho da ferrovia EF-118, entre Santa Leopoldina e o Porto de Ubu, em Anchieta (ES), já previsto há anos. Informou que será feito requerimento para convocar representantes da Vale e do Ministério dos Transportes à Comissão de Viação e Transportes, destacando a necessidade de cumprimento dos compromissos com o Espírito Santo e a união da bancada federal para garantir respeito ao Estado.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada destacou a importância do Supremo Tribunal Federal ao cumprir a Constituição e levar à Justiça os responsáveis por uma trama golpista contra o Brasil e suas instituições. Ressaltou que esses atos reafirmam a democracia, ensinam que golpes não serão tolerados e que a neutralidade diante de tais ameaças é cúmplice do atraso. Condenou ainda propostas de anistia a golpistas e enfatizou a defesa da soberania, da democracia e da voz do povo brasileiro, lembrando que a Nação não pode permitir impunidade para quem atentou contra o Parlamento e a Constituição.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado destacou o início do julgamento no Supremo Tribunal Federal dos responsáveis por planejar um golpe de Estado e uma ditadura no Brasil, incluindo um ex-Presidente e integrantes do núcleo de planejamento. Ressaltou a robustez das provas apresentadas pelo Procurador-Geral da República, evidenciando a gravidade das ameaças à vida de autoridades e à própria democracia. Enalteceu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

também a transparência do processo, a garantia do contraditório e da defesa, e enfatizou que o episódio reforça a necessidade de proteção às instituições e à democracia, conclamando: "Ditadura nunca mais!".

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado comentou sobre uma audiência pública no Senado com o perito Eduardo Tagliaferro, destacando que suas informações detalhadas sobre os acontecimentos do dia 8 de janeiro poderiam dar um novo rumo ao julgamento em curso. Chamou a atenção para a intensa presença de segurança na Praça dos Três Poderes, com *drones*, cães farejadores e tropas de choque, questionando a ausência de medidas semelhantes no dia 8 de janeiro. Criticou a postura de autoridades na época da invasão de prédios públicos feita pelo MST, sugerindo omissões e ações questionáveis, e afirmou que, no futuro, muitos se envergonharão de suas condutas.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado fez um registro sobre a necessidade de civilidade no debate político, destacando o episódio de ataques sofridos pelo Ministro Flávio Dino dentro de um avião. Afirmou que, independentemente de críticas políticas, a agressão física é inaceitável e reforçou que a construção de um Brasil melhor depende de diálogo, responsabilidade e respeito mútuo entre todos os segmentos da sociedade.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado registrou na tribuna do Congresso Nacional sua crítica ao Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que a Corte estaria impondo uma "ditadura da toga" e minando a democracia brasileira. Comparou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes a episódios históricos de repressão, alegou arbitrariedade em prisões relacionadas a acampamentos pacíficos e classificou o julgamento em curso como uma farsa, conclamando o Congresso e o Senado a reagirem e pedindo a saída do Ministro Alexandre de Moraes.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado destacou que a anistia no Brasil tem sido um instrumento jurídico e político de pacificação nacional ao longo da história. Lembrou exemplos desde o Império, como a Revolução Farroupilha e a Guerra de Canudos, passando por períodos como a Era Vargas e as anistias de 1945, 1955 e 1961, até o regime militar, ressaltando a Lei da Anistia de 1975 como marco da abertura política. Por fim, enfatizou que a anistia possibilitou o retorno de exilados, a libertação de presos e a restauração de direitos políticos, mantendo-se na Constituição de 1988 como símbolo de reconciliação, reflexão sobre justiça e memória histórica.

Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE) - A Deputada afirmou que o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado representa um marco histórico no Brasil. Destacou que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

juízo serviria de exemplo para o mundo, em um momento de avanço do fascismo, mostrando que a democracia brasileira, ainda jovem, deveria ser respeitada e protegida. Também ressaltou que a justiça não se limitava à defesa da democracia, mas também dizia respeito às mais de 700 mil vítimas da pandemia e às minorias que teriam sido atacadas durante o Governo Bolsonaro.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada afirmou que o julgamento iniciado contra Jair Bolsonaro e outros réus por tentativa de golpe representa um momento histórico para o Brasil. Destacou que, ao contrário do período da ditadura militar, desta vez o País teria a oportunidade de condenar generais golpistas e um ex-Presidente que teria articulado uma conspiração, inclusive com a elaboração de uma minuta de golpe no Palácio do Planalto. Também criticou o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, por declarar que concederia indulto a Bolsonaro se fosse eleito Presidente, acusando-o de tentar herdar o espólio do bolsonarismo em vez de priorizar as demandas da população paulista.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado afirmou que considerar o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro como sinal de ditadura era uma distorção. Ressaltou que ditadura teria ocorrido caso o golpe de Estado articulado pelo ex-Presidente e seus aliados tivesse se concretizado. Também destacou que instituições e sociedade reagiram e impediram a ruptura democrática. Por fim, acrescentou que o grupo responsável pelo plano golpista chegou a incluir em seus objetivos o assassinato do Presidente Lula, do Vice-Presidente Geraldo Alckmin e do Ministro Alexandre de Moraes.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada relatou ter acompanhado no Supremo Tribunal Federal o início do julgamento dos oito réus do núcleo central do golpe, destacando a leitura detalhada do relatório do Ministro Alexandre de Moraes, que apresentou argumentos da acusação e da defesa com isenção. Ressaltou a sustentação do Procurador-Geral da República, que expôs o processo de articulação golpista desde 2021 até os ataques de 8 de janeiro de 2023, em linha com a investigação da CPMI do Congresso. Também rejeitou a ideia de anistia, lembrando que os crimes afrontaram cláusulas pétreas da Constituição e não poderiam ser perdoados.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado afirmou que o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro representava uma fraude sustentada por provas forjadas. Mencionou que o ex-assessor de Alexandre de Moraes, Eduardo Tagliaferro, apresentou no Senado documentos que comprovariam manipulações em conjunto com o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, incluindo a retroação de datas para justificar buscas e apreensões contra apoiadores de Bolsonaro. Também declarou que esse processo deveria ser anulado e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

defendeu o *impeachment* de Moraes. Por fim, anunciou ainda a coleta de assinaturas para a criação de uma CPI destinada a investigar o Ministro e seus assessores pela suposta fabricação de provas.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado contestou as declarações de que o ex-Presidente Jair Bolsonaro e aliados deveriam ser punidos por tentativa de golpe de Estado. Argumentou que os acontecimentos de 8 de janeiro não caracterizaram um golpe, já que não houve armas, tanques ou presença de militares nas ruas. Por fim, classificou a acusação de golpe como um “absurdo político-jurídico” e disse acreditar que a “justiça divina” prevaleceria.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado afirmou que o ex-assessor de Alexandre de Moraes, Eduardo Tagliaferro, apresentou no Senado provas documentais auditadas que indicariam fraudes em ações da Polícia Federal, com alterações de dados e documentos. Acrescentou que essas evidências colocariam em xeque as teses do Ministro do STF. Também criticou o uso de depoimentos de Mauro Cid contra Jair Bolsonaro, alegando que teria sido forçado a incriminar o ex-Presidente, enquanto as denúncias contra Moraes não recebem a mesma atenção.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado destacou na tribuna o trabalho da Polícia Civil do Rio de Janeiro, ressaltando a atuação da 89ª Delegacia de Resende (RJ) na prisão dos criminosos envolvidos em assalto e sequestro contra familiares de um ex-Presidente da República. Afirmou que a operação devolveu sensação de segurança à população e fortaleceu a confiança na instituição. Também informou ter apresentado uma moção de louvor aos policiais, aprovada pela Comissão de Segurança Pública, e anunciou a realização de audiência pública em outubro para debater a segurança no Estado, com a presença das principais autoridades da área.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado registrou a presença de Vilnei Sessim, Presidente do SindCFC do Rio Grande do Sul, e reafirmou apoio às autoescolas diante da possibilidade de extinção cogitada pelo Governo Federal. Destacou que a formação de condutores é essencial para a segurança no trânsito e defendeu a valorização e qualificação das autoescolas, com redução de taxas e impostos em vez de sua eliminação. Também mencionou o apoio de movimentos como o Instituto Mulheres pelo Trânsito, presidido por Ivilene Quilin, e anunciou que apresentará um projeto de decreto legislativo para barrar qualquer tentativa de extinguir as autoescolas, ressaltando que o trânsito brasileiro avançou graças ao trabalho desses centros de formação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada destacou avanços recentes da economia brasileira e a melhora na qualidade de vida da população, ressaltando a articulação internacional conduzida pelo Presidente Lula e pelo Vice-Presidente Geraldo Alckmin. Criticou a postura de bolsonaristas, afirmando que o grupo demonstra desespero diante do crescimento do País e da iminente condenação do ex-Presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe e outros crimes. Também rejeitou a proposta de anistia defendida por aliados do ex-Presidente e condenou a pressão atribuída ao Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sobre o Congresso.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada afirmou que o Brasil testemunhou a tentativa de golpe de Estado organizada pelo ex-Presidente da República, destacando a violência ocorrida contra o Palácio e o Congresso, com depredação de patrimônio e ameaças a autoridades. Enfatizou que há provas documentais e testemunhais suficientes para caracterizar a criação de uma organização criminosa armada, a tentativa de golpe e o ataque ao Estado Democrático de Direito. Também ressaltou que a mobilização popular e a atuação institucional impediram o avanço do golpe e afirmou que a atuação contra a democracia não pode ser tolerada por Parlamentares, reforçando que a medida não se trata de vingança, mas de justiça e proteção à Constituição.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada registrou a aprovação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2024, na Comissão de Constituição e Justiça, que cria o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial. Destacou que, em 2025, a população negra ainda enfrenta menor acesso à saúde e educação e maiores índices de violência. Também classificou a aprovação como um marco histórico e informou que o próximo passo será a análise do mérito da proposta na Comissão Especial.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado destacou o início do julgamento de um ex-Presidente e de seus aliados pelo Supremo Tribunal Federal, acusados de crimes contra o Estado Democrático de Direito, incluindo tentativa de golpe. Ressaltou que, durante seu Governo, o acusado promoveu uma agenda conservadora, restringiu direitos trabalhistas, discriminou mulheres, negros e a comunidade LGBTQIA+, e atacou a soberania nacional. Também enfatizou que o Poder Judiciário brasileiro deu um exemplo de rigor e legalidade, garantindo ampla defesa e participação do Ministério Público e da Polícia Federal, e citou reconhecimento da imprensa internacional sobre o julgamento.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado afirmou que a condenação dos responsáveis pela tentativa de golpe é necessária para proteger a democracia e garantir a continuidade do trabalho do Parlamento. Alertou que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

mesmo grupo político ainda atua contra o Brasil, citando o impacto do tarifaço sobre a economia e o desemprego, além da atuação do Governador de São Paulo, que prometeu conceder indulto a Bolsonaro se eleito. Também criticou a sonegação bilionária de ICMS envolvendo a Ultrafarma. Por fim, citou o Pix no contexto de fake news difundidas por um grupo político ligado ao ex-Presidente Bolsonaro e que essas notícias falsas sobre o sistema de pagamentos instantâneos tiveram como objetivo desviar a atenção da população e encobrir irregularidades financeiras descobertas pela Polícia Federal, incluindo atuação de *fintechs* e fundos de financiamento que estariam trabalhando a serviço do crime organizado.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou o Governo Lula por incluir no programa de desestatização a privatização de três rios da Amazônia — Madeira, Tocantins e Tapajós. Afirmou que a medida teria sido tomada sem debate público amplo e sem garantias de que os moradores da região seriam beneficiados. Também questionou a ausência de posicionamento de autoridades, ONGs e partidos aliados, acusando o governo de contradição ao defender que é contra privatizações, mas implementar a venda de ativos estratégicos na Amazônia.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado destacou a relevância histórica do julgamento dos responsáveis pela tentativa de golpe de Estado no Brasil. Lembrou que, em 2 de setembro de 2021, Jair Bolsonaro sancionou a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, que tipifica crimes como a tentativa de golpe e a abolição do Estado Democrático de Direito. Acrescentou que há provas documentais, testemunhais e em áudio demonstrando a trama golpista, incluindo ações planejadas no Palácio do Planalto. Também criticou a minimização dos eventos do 8 de janeiro e afirmou que pessoas mais humildes foram expostas enquanto líderes tentaram se eximir da responsabilidade. Finalizou reforçando que não deve haver anistia para os envolvidos.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado relatou suas visitas a Municípios do interior da Bahia durante o fim de semana, acompanhando Prefeitos, Vereadores e Secretários Municipais. Destacou demandas por abastecimento de água em Pindaí (BA) e a expectativa pelo projeto de irrigação do Vale do Iuiu, que deve impulsionar o desenvolvimento local. Também comemorou a chegada do asfalto à BA-160 e ao Distrito de Parateca, no Município de Malhada (BA), beneficiando comunidades às margens do Rio São Francisco. Por fim, celebrou os 63 anos de emancipação de Piripá (BA).

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado parabenizou os Presidentes do União Brasil e do Progressistas pelo desembarque do Governo Lula e pela decisão de solicitar que integrantes dos Ministérios entreguem seus cargos. Alertou o Presidente Lula sobre os impactos da CPMI do INSS, que vai indicar envolvidos e provocar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

consequências significativas para o Governo. Também enfatizou que o processo em curso expõe irregularidades e terá desdobramentos importantes, reforçando o acompanhamento da fiscalização parlamentar sobre a administração federal.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado destacou que a Polícia Federal realizou uma grande operação no Pará, incluindo dezoito mandados de busca e apreensão e diversas prisões. Informou que a ação investigou um esquema de corrupção envolvendo o MDB e autoridades estaduais, entre elas o Governador Helder Barbalho, com desvio estimado de 198 milhões de reais. Por fim, elogiou a atuação da PF e afirmou que o povo do Pará está sendo mal representado, defendendo punição severa aos envolvidos no esquema.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado afirmou que o Brasil viveu um momento histórico com o início do julgamento de um ex-Presidente acusado de tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Destacou que, diferentemente de processos passados, os réus tiveram direito ao contraditório e à ampla defesa. Também listou provas apresentadas, incluindo a minuta do golpe, o plano Punhal Verde e Amarelo, gravações, delações, acampamentos em frente a quartéis, tentativa de invasão à Polícia Federal em Brasília e de explosão próxima ao Aeroporto Internacional. Ao final, ressaltou que o relatório do Ministro Alexandre de Moraes e as alegações do Procurador-Geral da República reforçaram a robustez das evidências e a necessidade de que ninguém fique acima da lei.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado destacou que o julgamento iniciado contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro tem caráter histórico, mas sublinhou que não havia crime nem provas. Defendeu que o sistema de justiça estava sendo instrumentalizado como arma de perseguição política. Acrescentou que o verdadeiro golpe consistia no uso da força do Estado para eliminar um adversário que não se consegue derrotar nas urnas, destacando Bolsonaro como o único capaz de enfrentar esse sistema. Por fim, associou o Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) ao retorno da corrupção no País.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado apontou o início do julgamento do ex-Presidente Bolsonaro como um dos dias mais tristes da história do Brasil. Ademais, recordou que, em sua formação, aprendeu a respeitar o Judiciário, instituição que deveria decidir com base em fatos e na lei. Além disso, rejeitou a narrativa da minuta de golpe de Estado e criticou a versão sobre o 8 de Janeiro de 2023, alegando que não houve armas e que alguns baderneiros eram de Esquerda. Adicionalmente, acusou a Esquerda de incoerência ao se aliar a regimes autoritários, de omitir fatos como a facada em Bolsonaro e o assassinato de Celso Daniel, e questionou a diferença de tratamento judicial entre Lula e Bolsonaro. Por fim, condenou o julgamento de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Bolsonaro e afirmou que a data de 8 de Janeiro será lembrada como símbolo de opressão do Supremo Tribunal Federal (STF) e da condição de preso político do ex-Presidente.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado considerou revelador o depoimento do ex-Diretor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no Senado. Afirmou que, se houvesse regularidade jurídica no País, o Ministro Alexandre de Moraes já teria sido preso, pois os fatos relatados configuram crime. Avaliou ainda que o depoimento desmonta a farsa da narrativa de golpe de Estado. Por fim, apontou a incoerência de quem considera golpe o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, mas apoia autoridade que age de forma golpista.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada saudou a presença, na Câmara dos Deputados, da Vereadora Professora Angela, de Curitiba (PR). Além disso, exaltou sua atuação no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e denunciou que ela tem sido vítima de perseguição política da extrema Direita por defender o povo palestino, os trabalhadores da educação e as pautas progressistas. Ademais, condenou os discursos golpistas na Casa. Adicionalmente, recordou que a tentativa de golpe de 8 de Janeiro de 2023 foi televisionada e derrotada pelo povo brasileiro, pelo resultado eleitoral e pela não adesão das Forças Armadas. Por fim, repudiou o plano para matar o Presidente Lula, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, e o Vice-Presidente Geraldo Alckmin.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado alertou para o avanço do crime organizado no Brasil, criticando a omissão do Congresso Nacional e do Governo Federal. Ademais, destacou os dados da Polícia Federal e de estudo da Universidade de Cambridge que apontam 60 milhões de brasileiros vivendo sob tutela direta ou indireta de facções criminosas. Além disso, defendeu classificar o narcotráfico como terrorismo. Adicionalmente, denunciou que facções já controlam setores econômicos, como *fintechs*, imobiliárias e distribuidoras de combustíveis, além de influenciarem campanhas eleitorais. Rejeitou ainda a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, conhecida como “PEC da blindagem”, que dispõe sobre as prerrogativas parlamentares, chamando-a de proteção a corruptos e mafiosos. Ao final, defendeu penitenciárias de segurança máxima, a autonomia dos Estados no acesso ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e o fortalecimento do Poder Público para enfrentar o narcotráfico e preservar a soberania nacional.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado lamentou o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ademais, defendeu o ex-Presidente, afirmando que ele não cometeu crime de corrupção nem participou de assaltos ou sequestros, sendo alvo de processo inconstitucional e leviano. Por



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

fim, declarou orgulho de sua posição conservadora e bolsonarista no Maranhão e se comprometeu com a votação da anistia.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado registrou sua presença em Ribeirão Preto (SP), na abertura de um torneio nacional de criação de pássaros. Ademais, destacou a atividade econômica envolvida na criação, bem como o amor e a dedicação dos brasileiros por essa prática. Além disso, parabenizou os organizadores do evento e afirmou que tem defendido o tema no Parlamento, destacando a preservação das espécies e o trabalho ambiental associado. Por fim, enviou uma saudação especial aos passarinhos e criadores de passeriformes de todo o Brasil.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado considerou um marco histórico o dia do julgamento do ex-Presidente Bolsonaro, a quem chamou de bandido. Ademais, destacou que o julgamento abrange cinco crimes, mas ressaltou que Bolsonaro ainda responderá por genocídio devido à gestão da pandemia, lembrando as mortes em Manaus (AM) pela falta de oxigênio e o atraso na compra de vacinas. Além disso, lembrou que o ex-Presidente cometeu traição à Pátria ao compartilhar informações sigilosas com aliados do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Adicionalmente, apontou a corrupção e o roubo ligados às joias, à Eletrobras e às privatizações. Por fim, defendeu que Bolsonaro seja condenado pela tentativa de golpe de Estado, corrupção, genocídio e demais crimes atribuídos a ele, sua família e aliados.

ORDEM DO DIA

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado lembrou a tentativa de assassinato contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro para retirá-lo da disputa eleitoral e acusou o Presidente Lula e o Supremo Tribunal Federal (STF) de buscarem agora o mesmo objetivo por meio da prisão. Ademais, criticou as narrativas de golpe de Estado e destacou várias acusações contra Bolsonaro que foram arquivadas. Além disso, relatou que foi acusado injustamente pelo Presidente Lula de defender o crime organizado, ressaltando sua vida pessoal honesta. Adicionalmente, desafiou o Presidente para um debate ao vivo e declarou que, se chegar à Presidência, pretende prender Lula e dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT). Por fim, afirmou que o PT não dominará o Brasil para sempre.

Duda Salabert (PDT - MG) - A Deputada repudiou a notícia de que o Brasil começará a exportar aves vivas para o Oriente Médio a partir de 2025, acordo celebrado pelo Ministro da Agricultura como forma de diversificação econômica. Criticou a medida por considerar que transforma a fauna nacional em mercadoria de luxo e pode ampliar o tráfico de animais silvestres. Afirmou que o País deveria priorizar a exportação de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

tecnologia, ciência e inovação em vez de comercializar tucanos, araras, sabiás e beija-flores. Por fim, classificou a decisão como reafirmação da condição colonial do Brasil e defendeu investimentos em conhecimento.

Alexandre Lindenmeyer (PT - RS) - O Deputado afirmou que setembro ficará marcado na história do País, destacando a comemoração da independência e a expectativa de aprovação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que promove reforma tributária, com isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais e isenção escalonada até 7.350 reais. Ressaltou também o julgamento dos responsáveis por atentar contra a democracia e a soberania nacional, ao convocarem embaixadores estrangeiros para questionar o processo eleitoral, incentivarem atos contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e promoverem ataques em Brasília (DF), incluindo o 8 de Janeiro de 2023. Lembrou ainda as quase 700 mil mortes durante a pandemia e condenou os adversários por articularem a taxação americana contra a economia brasileira. Por fim, celebrou o julgamento do STF, que fará justiça em defesa da independência e da soberania nacional.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado contestou as acusações contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro e afirmou que o maior símbolo de corrupção do País é o atual Presidente Lula. Ressaltou ainda que o tesoureiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) citou diálogos com o Partido dos Trabalhadores (PT) e que, nas eleições de 2018, facções criminosas no Rio Grande do Norte declararam apoio ao partido. Por fim, criticou os Parlamentares de Esquerda por tentarem enganar a população.

Luciano Alves (PSD - PR) - O Deputado destacou a orientação do Governador do Paraná, Ratinho Júnior, do Partido Social Democrático (PSD), de que o papel do político é buscar recursos para melhorar a vida da população. Ademais, enalteceu o trabalho do Ministério da Agricultura e Pecuária e agradeceu ao Ministro Carlos Fávaro pela concessão de máquinas para fortalecer o agronegócio no oeste do Paraná. Ao final, criticou os Ministros que não lhe concederam audiência nos últimos sete meses.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado informou estar acompanhando no Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro e de outros sete réus por tentativa de golpe. Relatou que o processo penal transcorre de forma democrática e tranquila, com a leitura dos relatórios do Ministro Alexandre de Moraes e do Procurador-Geral da República, seguida da atuação dos advogados de defesa. Destacou que não houve tumultos nem invasões às instituições. Por fim, afirmou que o julgamento ocorrerá em paz, com base em provas, e que a prisão de Bolsonaro será positiva para a democracia brasileira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara dos Deputados elogiou a agenda legislativa do pacto contra a fome. Destacou que o objetivo é retirar o Brasil do Mapa da Fome e da insegurança alimentar. Ao final, ressaltou que diversos partidos e Relatores colaboraram na seleção de projetos de lei para enfrentar o problema da fome, cuja solução é fundamental para o futuro do País.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado elogiou a Federação União Brasil e Progressistas (PP) pela decisão de deixar a base do Governo Federal. Ademais, afirmou que o Governo Lula não tem resultados a apresentar, apenas mentira, destruição e fome. Ressaltou que a saída da Federação representa um passo importante em favor da democracia e do Estado brasileiros. Por fim, saudou o ingresso das legendas na Oposição no Congresso Nacional.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 321, de 2025, que altera a Lei n. 14.016, de 2020, para instituir a Política Nacional de Combate ao Desperdício e de Incentivo à Doação de Alimentos - CDIDA.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.292, de 2025, que dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região sem aumento de despesas.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado defendeu a aprovação do Rec nº 7, de 2024, que se trata de recurso contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 10.273, de 2018, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que "Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências", para adequar a incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental — TCFA. Ademais, sustentou a importância da taxa destinada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para garantir atividades de fiscalização e controle. Além disso, criticou a tentativa de encaminhar o projeto diretamente ao Senado, evitando o debate pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Ao final, destacou a necessidade de preservar o papel essencial do poder público na fiscalização de empresas que utilizam recursos naturais ou possuem potencial poluidor.

Pedro Lupion (PP - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do Rec nº 7, de 2024, que se trata de recurso contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 10.273, de 2018, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que "Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências", para adequar a incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental — TCFA.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Recurso nº 7, de 2024, contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 10.273, de 2018, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para adequar a incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental — TCFA.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 7, de 2024, contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 10.273, de 2018, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para adequar a incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental — TCFA.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Recurso nº 7, de 2024, contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 10.273, de 2018, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para adequar a incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental — TCFA. Além disso, afirmou que a situação do País era grave e utilizou o momento para criticar o julgamento em andamento no Supremo Tribunal Federal, que classificou como uma “farsa” de caráter político e repleta de ilegalidades. Afirmou que a Corte desrespeitou o princípio do juízo natural e vinha rasgando a Constituição Federal diariamente, o que envergonhava o Poder Judiciário e feria a soberania nacional.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Recurso nº 7, de 2024, contra a tramitação conclusiva do Projeto de Lei nº 10.273, de 2018, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para adequar a incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental — TCFA.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente destacou a relevância da pauta do dia, voltada a temas de interesse direto da sociedade. Informou que foram apresentados requerimentos de urgência relacionados ao combate à fome e à insegurança alimentar, com a possibilidade de análise do mérito de projetos voltados a políticas públicas nessa área. Além disso, ressaltou que entrou em debate o Projeto de Lei nº 3.073, de 2025, do Governo Federal, relatada pelo Deputado Alberto Fraga, que aumenta penas para quem recepta bens roubados. Esclareceu que a medida foi apontada como instrumento para punir de forma mais efetiva e coibir crimes que afetam diariamente a população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado celebrou a saída do União Brasil e do Progressistas da base do Governo Lula, convidando os partidos a se alinharem à Oposição. Deu boas-vindas às novas siglas oposicionistas e afirmou que a minoria passaria a se tornar maioria na Câmara. Afirmou ainda que a mudança demonstrava a fragilidade do Governo, que perdeu apoio político e caminhava para se tornar minoria.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.073, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre as modalidades qualificadas dos crimes de furto e receptação.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado defendeu a aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.073, de 2025, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre as modalidades qualificadas dos crimes de furto e receptação.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 3.073, de 2025, que eleva as penas para o crime de receptação. Afirmou que a medida era necessária e já deveria ter sido adotada. Argumentou ainda que o combate ao furto e ao roubo passa diretamente pelo enfrentamento aos receptadores, que garantem o destino e o lucro dos crimes. Citou como exemplo o roubo de fios de cobre, motivado pela existência de compradores. Por fim, ressaltou que ao endurecer as punições contra quem adquire bens de origem criminosa, haverá redução significativa dos índices de furto e roubo no País.

Delegada Adriana Accorsi (PT - GO) - A Deputada afirmou que o Partido dos Trabalhadores (PT) votou a favor do Projeto de Lei nº 3.073, de 2025, que amplia as penas para o crime de receptação. Parabenizou o Governo Federal e o Presidente Lula pela iniciativa, destacando que a medida se soma ao programa Celular Seguro, que já permite o bloqueio de aparelhos furtados e roubados. Destacou que a nova legislação reforçava a coação contra crimes ligados não apenas a celulares, mas também a computadores, medicamentos, combustíveis, cabos de energia e equipamentos de telecomunicações, prevendo aumento de 33% nas penas nesses casos.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente ressaltou o encontro com o Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, destacando que o tema da segurança foi tratado como prioridade. Enfatizou que a escolha do Deputado Alberto Fraga, Coordenador da Frente Parlamentar da Segurança Pública, como relator ocorreu de forma democrática e simbolizou a parceria entre o Legislativo e o Executivo no enfrentamento ao crime. Ressaltou ainda que a aprovação unânime do Projeto de Lei nº 3.073, de 2025, foi apontada como prova da relevância da proposta do Governo Federal e da eficiência do relatório apresentado. Por fim, destacou que a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

decisão demonstrou o compromisso da Câmara em discutir segurança pública e responder às demandas da sociedade.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado parabenizou a Presidência e o Relator pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.073, de 2025, que endurece as penas para o crime de receptação, destacando que a Câmara entregava uma medida relevante à sociedade. Contudo, observou que o Governo Federal passou três anos sem avanços na área de segurança pública e só agora havia apresentado a proposta. Criticou ainda declarações passadas de integrantes do Governo sobre furtos de celulares, mas reconheceu a mudança de postura. Por fim, afirmou que a medida representava um instrumento importante contra a impunidade e poderia indicar que o Executivo finalmente havia se alinhado às pautas de segurança demandadas pela população.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada afirmou que o Projeto de Lei nº 3.073, de 2025, que endurece as penas para receptação partiu do Poder Executivo e integrou um conjunto de ações do Governo Lula para reduzir roubos de celulares. Rebateu relatos de que a proposta teria outra origem e registrou que o Executivo encaminhou aumento de pena e tipificações específicas. Citou também o programa Celular Seguro e a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, PEC da Segurança, como iniciativas do Governo. Defendeu que o Planalto enfrentou o crime organizado, inclusive com ramificações no mercado financeiro da Faria Lima, e declarou que não apoiou a impunidade. Por fim, criticou setores que buscaram anistiar criminosos e golpistas.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado destacou que o Governo Federal encaminhou o Projeto de Lei nº 3.073, de 2025, para enfrentar o furto de celulares, lembrando que, em 2023, mais de 800 mil brasileiros foram vítimas desse crime. Ressaltou que o País superava a média mundial, já que 25% da população brasileira relataram ter tido o celular furtado, contra 11% no cenário global. Declarou apoio ao substitutivo apresentado, mas registrou preocupação com a retirada, no texto do Deputado Alberto Fraga, da previsão de aumento de pena para receptadores de fios de cobre e de transmissão de energia elétrica, que constava na proposta original. Por fim, defendeu a reinclusão do dispositivo, argumentando que o roubo desses materiais eleva custos de energia e causa prejuízos à sociedade.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado declarou apoio ao Projeto de Lei nº 3.073, de 2025, que aumenta as penas para o crime de receptação e parabenizou o Relator, Deputado Alberto Fraga. Ressaltou que o roubo de celulares é um problema recorrente no País e que muitas vezes esses crimes resultam em violência letal, inclusive em assassinatos. Destacou ainda que a proposta representa um avanço ao garantir punição mais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

severa aos receptadores, responsáveis por alimentar o ciclo criminoso. Por fim, enfatizou que a medida trará mais respeito e segurança à população e reforçou seu voto favorável ao texto.

Ricardo Abrão (UNIÃO - RJ) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.482, de 2019, que dispõe sobre a tipificação do crime de furto de derivados de petróleo em dutos e afins.

Ricardo Abrão (UNIÃO - RJ) - O Deputado proferiu parecer à emenda de plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.482, de 2019, que dispõe sobre a tipificação do crime de furto de derivados de petróleo em dutos e afins.

Zé Haroldo Cathedral (PSD - RR) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.978, de 2025, que altera a redação do parágrafo 3º, art. 136 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer aumento de pena ao crime de maus tratos quando praticado contra pessoa com deficiência.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada reforçou a relevância Projeto de Lei nº 1.978, de 2025, que prevê agravante para crimes cometidos contra pessoas com deficiência. Além disso, destacou que setembro é o mês de conscientização sobre a luta das pessoas com deficiência e criticou práticas capacitistas que ferem princípios democráticos. Defendeu a criação de uma sociedade inclusiva, com acessibilidade emocional, cognitiva, atitudinal, arquitetônica e de comunicação, enfatizando a importância de respeitar as especificidades de cada indivíduo. Por fim, concluiu que o projeto é meritório e recebeu seu apoio, reafirmando o compromisso com políticas que promovam a inclusão plena.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada parabenizou o Deputado Zé Haroldo Cathedral pela relatoria do Projeto de Lei nº 1.978, de 2025, destacando a atenção dada aos mais vulneráveis. Observou que pessoas acima de 60 anos não foram contempladas na proposição, apesar de constarem nos indicadores analisados. Além disso, aproveitou para alertar o Plenário sobre os altos índices de violência e abuso contra pessoas vulneráveis, incluindo aquelas acamadas, cometidos por cuidadores ou familiares. Também ressaltou a situação de crianças abaixo de 14 anos, relacionando-a às conclusões da Comissão que analisou casos de suicídio entre 12 e 17 anos. Por fim, reafirmou a relevância do relatório apresentado e elogiou a iniciativa do Deputado Zé Haroldo Cathedral.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.978, de 2025, que altera a redação do parágrafo 3º, art. 136 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Penal), para estabelecer aumento de pena ao crime de maus tratos quando praticado contra pessoa com deficiência. Ressaltou sua atuação em prol do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da proteção de idosos e crianças com deficiência, lembrando que há registros de agressões flagradas por câmeras em creches, escolas e asilos. Ao final, reforçou que é preciso punir com rigor aqueles que maltratam pessoas já marcadas pela vulnerabilidade da deficiência.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado celebrou a aprovação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, pelo Senado, já apreciada anteriormente pela Câmara dos Deputados. Ademais, elogiou o empenho do Presidente da Casa e de todos os partidos para viabilizar sua aprovação. Ao final, informou que a PEC será promulgada no dia 9.9.25 e permitirá aos Municípios parcelar dívidas previdenciárias e adotar limite para o pagamento de precatórios.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado parabenizou o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, por pautar o Projeto de Lei nº 1.978, de 2025, que altera a redação do parágrafo 3º, art. 136 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer aumento de pena ao crime de maus tratos quando praticado contra pessoa com deficiência. Ressaltou que, apesar das dificuldades psíquicas e emocionais resultantes da falta de compreensão social, essas pessoas demonstram força, firmeza e autoestima admirável. Ademais, destacou que qualquer agressão praticada contra homens, mulheres, crianças ou idosos com deficiência constitui afronta e desrespeito intoleráveis. Ao final, afirmou que a sociedade não pode admitir tais agressões e elogiou a aprovação da proposição.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado repudiou a narrativa de Parlamentares da base do Governo Federal sobre a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. Ademais, afirmou que, na ocasião, o Presidente Lula já havia escolhido os Comandantes das Forças Armadas, o que inviabilizaria qualquer golpe de Estado.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada apontou a gravidade dos atos antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, lembrando a depredação praticada no Palácio do Planalto, no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF). Ademais, denunciou as narrativas que disseminam notícias falsas e sustentou que houve afronta à Justiça, desrespeito ao Parlamento e tentativa de golpe de Estado. Ao final, ressaltou que o ex-Presidente Bolsonaro está tendo direito à defesa, que sua prisão é legítima e que há provas consistentes apuradas no curso do julgamento conduzido pelo Ministro do STF, Alexandre de Moraes.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado informou que protocolou o Projeto de Lei nº 4.321, de 2025, de sua autoria, que estabelece medidas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

financiamento do terrorismo, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de controle, assegurar a transparência e garantir a rastreabilidade das operações realizadas no sistema financeiro e no mercado de capitais. Ademais, explicou que a proposta veda qualquer aplicação financeira sem identificação, abrangendo *fintechs*, bancos, corretoras, distribuidoras de valores e gerenciadoras de fundos, exigindo a vinculação de cada operação ao investidor ou empresa. Destacou ainda que incluiu as criptomoedas para impedir a migração de recursos ilícitos do sistema financeiro tradicional para esse meio. Ao final, relatou ter recebido ligação anônima questionando sua iniciativa, mas assegurou que não se deixará intimidar e levará a proposta adiante.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado comunicou, com pesar, o falecimento do ex-Prefeito de Formosa (GO), Jair de Paiva. Recordou sua trajetória como homem trabalhador, dedicado à família e à construção de uma história reconhecida no município. Ao final, manifestou votos de conforto divino aos familiares enlutados.

Juninho do Pneu (UNIÃO - RJ) - O Deputado agradeceu aos Líderes pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.482, de 2019, de sua autoria, que dispõe sobre a tipificação do crime de furto de derivados de petróleo em dutos e afins. Ademais, explicou que a prática tem crescido no País, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, e que a proposta busca coibir essa ação criminosa, garantindo a segurança das comunidades próximas, prevenindo desastres ambientais e evitando o aumento do preço dos combustíveis decorrente de custos adicionais de segurança.

Dagoberto Nogueira (PSDB - MS) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei (PL) nº 2.334, de 2024, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e o uso sustentável do bioma Pantanal e dá outras providências. Ademais, explicou o acordo realizado para a rejeição do PL nº 2.334, de 2024, de autoria da Deputada Camila Jara, e para a aprovação do PL nº 5.482, de 2020, do Senador Wellington Fagundes, que dispõe sobre o uso, a conservação, a proteção e a recuperação do bioma Pantanal. Além disso, informou que, devido ao prazo estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para apreciação do assunto até novembro, a proposição da Deputada seria rejeitada nesta etapa, uma vez que o projeto de lei oriundo do Senado encontra-se em tramitação mais avançada. Destacou também que a Deputada apresentará nova proposição sobre o tema com o compromisso do Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, de votar o regime de urgência. Ao final, elogiou o trabalho realizado pela Deputada Camila.

Camila Jara (PT - MS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.334, de 2024, que dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e o uso sustentável do bioma Pantanal e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado comemorou a aprovação do Projeto de Lei nº 5.482, de 2020, que dispõe sobre o uso, a conservação, a proteção e a recuperação do bioma Pantanal. Ademais, destacou que a medida promoverá justiça social nas comunidades mais afastadas. Além disso, elogiou o trabalho do Senador Wellington Fagundes, de Mato Grosso, que se empenhou pela aprovação da matéria no Senado. Ressaltou também que a proposição aprovada atenderá aos pantaneiros, garantindo tanto a preservação do bioma quanto a subsistência das famílias que dele dependem. Ao final, enalteceu o Pantanal Mato-Grossense como uma das maiores riquezas do Brasil e convidou todos a conhecerem a região.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado parabenizou os Deputados Dagoberto Nogueira e Camila Jara pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.482, de 2020, que dispõe sobre o uso, a conservação, a proteção e a recuperação do bioma Pantanal. Ademais, alertou que o Pantanal já sofre consequências das mudanças climáticas, como a escassez de água nos igarapés e os incêndios, muitos de origem criminosa. Além disso, ressaltou a importância de mecanismos de controle e destacou a realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) no Brasil, cuja estrutura foi recentemente aprovada pelo Parlamento, como resposta à preocupação ambiental. Ao final, defendeu a preservação de todos os biomas, em especial do Pantanal, e afirmou ser necessário buscar desenvolvimento sustentável, garantindo água, produção e vida digna às comunidades locais.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado ressaltou o alerta da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, sobre os riscos de perda do Pantanal até o final do século em razão da baixa precipitação, do alto índice de evapotranspiração, do desmatamento e das queimadas, que comprometem a bacia e a planície alagada. Ao final, defendeu a necessidade de avançar na proteção de todos os biomas brasileiros, com destaque para o Pantanal.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada parabenizou a Parlamentar Camila Jara, o Deputado Dagoberto Nogueira e um Senador presente, defendendo que a pauta ambiental seja tratada como questão humanitária, assim como a pauta das mulheres. Destacou a campanha “Sem Mulher não Tem Clima”, lançada na Colômbia, ressaltando que mulheres são essenciais na luta ambiental. Além disso, informou que ela e Camila Jara foram as únicas Parlamentares a destinar recursos ao Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) neste ano, lembrando que a luta vai além de apagar incêndios, Concluiu afirmando que, sendo o Pantanal a maior planície alagada do mundo, não pode ser abandonado, mas sim exigir uma consciência ambiental mais ampla.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado parabenizou o Senador Wellington Fagundes pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.482, de 2020, que dispõe sobre o uso, a conservação, a proteção e a recuperação do bioma Pantanal, mas fez críticas à postura do Ministério do Meio Ambiente e de setores da Esquerda. Afirmou que o Pantanal já enfrentou secas mais severas no início do século XX, antes mesmo da expansão agrícola, e destacou que a região tem recebido cuidados ambientais. Afirmou que o maior problema está nas cidades, e não no campo. Além disso, criticou quem “decide a vida de Mato Grosso de longe”, sem conhecer a realidade local, e concluiu ressaltando que, sem a Usina de Manso, o Pantanal não existiria hoje.

Ribamar Silva (PSD - SP) - O Deputado agradeceu aos colegas pela aprovação de proposição de sua autoria, o Projeto de Lei nº 1.978, de 2025, que altera a redação do parágrafo 3º, art. 136 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), para estabelecer aumento de pena ao crime de maus tratos quando praticado contra pessoa com deficiência. Além disso, classificou a medida como um avanço histórico na proteção e valorização desse público e fez um registro especial de reconhecimento ao Deputado Zé Haroldo Cathedral, relator do projeto, pela condução exemplar do trabalho.

Camila Jara (PT - MS) - A Deputada destacou os avanços obtidos no Pantanal a partir da legislação construída em 2023 pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, com apoio da Ministra Marina Silva. Além disso, ressaltou que, graças às ações do Governo Federal, houve redução de 88% no desmatamento ilegal e queda de quase 90% nas queimadas neste mês. Por fim, enfatizou o cuidado especial da Ministra com a região e agradeceu em nome dos mato-grossenses e pantaneiros.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.063, de 2023, que institui política de apoio e prevenção da estafa mental ou *burnout* relacionado à maternidade.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada defendeu o Projeto de Lei nº 5.063, de 2023, que institui política de apoio e prevenção da estafa mental ou *burnout* relacionado à maternidade; proposição de sua autoria, que cria política pública de apoio às mães, com foco no combate à estafa mental, *burnout* e na atenção à depressão pós-parto pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fortalecendo o vínculo mãe-bebê. Por fim, agradeceu às Deputadas envolvidas e ressaltou que a medida representa cuidado, amor e responsabilidade pública, pedindo aprovação para melhorar a vida das famílias e do Brasil.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada manifestou apoio ao Projeto de Lei nº 5.063, de 2023, que institui política de apoio e prevenção da estafa mental ou *burnout* relacionado à maternidade. Além disso, elogiou as Deputadas Maria do Rosário e Sâmia Bomfim, e destacou que cuidar das mães é cuidar do Brasil e das



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

famílias. Por fim, como mãe de duas crianças, ressaltou a sobrecarga, solidão e invisibilidade enfrentadas pelas mulheres no cuidado, defendendo que apoiar a saúde mental materna é essencial também para o desenvolvimento das crianças e para o futuro do país.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que são graves as provas apresentadas no Senado por um ex-Assessor do atual Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), relativas a uma suposta fraude processual em busca e apreensão contra empresários nas eleições de 2022. Afirmou que se o devido processo legal e a Constituição fossem respeitados, já haveria providências do Senado e da Suprema Corte. Concluiu que a situação é muito grave para a democracia e a soberania nacional.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada parabenizou as Parlamentares Maria do Rosário (autora) e Sâmia Bomfim (relatora) pelo Projeto de Lei nº 5.063, de 2023, que institui política de apoio e prevenção da estafa mental ou *burnout* relacionado à maternidade. Destacou que a proposta enfrenta o *burnout* materno, lembrando que nove em cada dez mulheres sofrem desse distúrbio no pós-parto em diferentes graus. Também ressaltou a importância de incluir o cuidado com a depressão pós-parto como responsabilidade do Estado e da sociedade. Finalizou exaltando: “Viva as mães brasileiras!”.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada e Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) parabenizou as Deputadas Maria do Rosário, Sâmia Bomfim, Talíria Petrone e Benedita da Silva pela pauta do cuidado materno. Lembrou que a Deputada Jandira Feghali foi a primeira mulher a amamentar no plenário e destacou Belo Horizonte (MG) como referência em políticas de cuidado. Enfatizou que a estafa materna decorre também do despreparo social, defendendo que o Parlamento, ao aprovar a matéria, fortalece o “mãedato” de “mãetriarcar” políticas públicas. Por fim, ressaltou que 93% das mulheres sofrem de estafa mental, sobretudo pela falta de reconhecimento do trabalho do autocuidado.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada prestou uma homenagem pessoal à sua mãe, Hilda Fiorentin Nunes, de 90 anos, que enfrenta o Alzheimer, ressaltando os aprendizados recebidos dela ao longo da vida. Também agradeceu e homenageou sua filha, Maria Laura Nunes Pacheco, afirmando que ser sua mãe é seu maior orgulho e honra. Por fim, destacou que a maternidade é um desafio cotidiano, valorizou todas as mães brasileiras e pediu aos colegas que levassem um abraço às suas esposas e companheiras, reconhecendo a importância das mulheres na construção do País.

Caroline de Toni (PL - SC) - A Deputada criticou o julgamento de Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF), classificando-o como “o mais vergonhoso da história do Brasil” e um “teatro de narrativas” com



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

veredicto definido. Afirmou que o processo é viciado e nulo, pois Bolsonaro não tem foro privilegiado, não teve respeitada a presunção de inocência e está sendo julgado por Ministros que seriam suspeitos ou inimigos declarados — citando Cristiano Zanin, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes. Também mencionou as declarações do ex-Assessor Eduardo Tagliaferro, que teria revelado combinação de denúncias em massa no gabinete de Moraes, apontando fraude processual e adulteração de provas. Além disso, afirmou que o objetivo é criminalizar a maior liderança da direita e retirá-lo do jogo político. Por fim, defendeu a anistia como caminho para pacificação do País e como medida urgente para conter o que chamou de perseguição política e judicial.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 4.384, de 2023, que institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Plano Safra da agricultura familiar.

Welter (PT - PR) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.384, de 2023, que institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Plano Safra da agricultura familiar, e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.384, de 2023, que institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Plano Safra da agricultura familiar, e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.384, de 2023, que institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Plano Safra da agricultura familiar, e dá outras providências.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada destacou a importância do Plano Safra ganhar segurança jurídica, apontando que essa medida fortalece também a segurança alimentar. Enfatizou o papel central das mulheres na agricultura familiar, responsáveis por grande parte da produção de alimentos de qualidade no Brasil. Ademais, alertou que 150 milhões de mulheres no mundo correm risco de serem empurradas para a pobreza e a fome. Também defendeu políticas de compra com doação simultânea e da agricultura familiar, ressaltando que garantir alimentos saudáveis é um ato político e que, sem o campo, a cidade não se alimenta com qualidade.

Henderson Pinto (MDB - PA) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 800, de 2024, que altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

(Sisan), para dispor sobre indicadores de segurança alimentar e nutricional que orientem a priorização das atividades do referido sistema.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado elogiou a iniciativa da Câmara de pautar projetos sobre a segurança alimentar e ressaltou que o Presidente Lula, pela segunda vez, retirou o Brasil do Mapa da Fome, feito reconhecido pela ONU. Também destacou políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), incentivos à agricultura familiar, isenção de impostos para a cesta básica e reajuste do salário acima da inflação. Ademais, lembrou que, no Governo Bolsonaro, 33 milhões de pessoas voltaram à insegurança alimentar, cenário revertido com a retomada das ações sociais e de estímulo à produção de alimentos. Ao concluir, ressaltou que garantir mesa farta e alimentação de qualidade é prioridade do atual Governo.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada afirmou que o julgamento de Jair Bolsonaro e seus aliados não representava apenas a responsabilização individual, mas o julgamento de uma época da história do Brasil. Sobre o assunto, recordou os golpes passados e destacou que, pela primeira vez, golpistas estariam sendo julgados, o que representava justiça, memória e soberania. Lembrou as vítimas da ditadura e as atrocidades cometidas em nome do autoritarismo, além da negligência de Bolsonaro na pandemia e na fome. Também criticou tentativas de interferência estrangeira, como a de Donald Trump, e as sanções impostas ao Brasil, que classificou como chantagem política. Encerrou enfatizando que o processo simbolizava um recado claro: ditadura e imperialismo nunca mais.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado destacou que a Câmara tratou de uma pauta positiva voltada à segurança alimentar, mas alertou para articulações da extrema direita em favor da anistia aos envolvidos nos atos golpistas, o que considerou um desrespeito à democracia. Ressaltou que, pela primeira vez na história, um ex-Presidente da República estava no banco dos réus, ao lado de generais, um almirante, um tenente e até um Deputado Federal, todos acusados de atentar contra o Estado Democrático de Direito. Salientou que a Justiça precisava seguir firme, garantindo responsabilização, sem abrir espaço para anistia.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado registrou sua presença no sepultamento de Cecília, advogada, missionária e Prefeita por três mandatos em Itiúba (BA). Ressaltou que a cidade compareceu em peso para se despedir da liderança, reconhecida por sua dedicação à população e pelo papel central na construção do Município. Destacou ainda o legado de Cecília, marcado pela defesa da reforma agrária e pelo compromisso com a justiça social, lembrando que sua trajetória deixou um exemplo de amor e solidariedade à comunidade de Itiúba (BA).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado afirmou que o julgamento em curso contra Jair Bolsonaro representa uma farsa, alegando que o Ministro Alexandre de Moraes deveria estar no banco dos réus diante das provas apresentadas pelo advogado Tagliaferro. Em seguida, criticou a Esquerda, acusando-a de manipular e mentir em nome da democracia, e defendeu que o Brasil precisa de pacificação. Ressaltou que Bolsonaro foi um grande Presidente, responsável por avanços econômicos mesmo durante pandemia e guerra, e condenou decisões do Supremo Tribunal Federal, como a anulação de crimes atribuídos a João Vaccari e outros líderes da Esquerda.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado classificou o início do julgamento de Jair Bolsonaro como “dia da vergonha nacional”, chamando-o de farsa conduzida pelo Ministro Alexandre de Moraes, a quem acusou de atuar como vítima, acusador e juiz. Em seguida, destacou que não houve golpe em 8 de janeiro e defendeu a aprovação da anistia para Bolsonaro e demais envolvidos, afirmando que já existe maioria na Câmara em favor da medida, com apoio de partidos como Republicanos, PSD, Progressistas, União Brasil e Novo. Além disso, afirmou que o processo é marcado por perseguição política e prometeu mobilização popular no 7 de Setembro, reforçando que Bolsonaro voltará à Presidência em 2026.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado afirmou que o julgamento no Supremo representava um momento histórico para o Brasil, comparável à independência, ao responsabilizar os envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro. Destacou que, pela primeira vez, generais e um almirante estavam no banco dos réus, além de delegados e militares, com o Procurador-Geral da República defendendo a pena máxima de 43 anos. Criticou os pedidos de anistia, afirmando que impunidade gera novos crimes, e responsabilizou Bolsonaro por ataques à democracia, às urnas eletrônicas e pela negligência na pandemia. Por fim, ressaltou que defender anistia significava favorecer criminosos e enfraquecer a democracia.

Raimundo Santos (PSD - PA) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.708, de 2024, que altera a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, para prever prioridade de aquisição e distribuição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aos Municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.424, de 2024, que altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para dispor sobre o planejamento e a gestão de riscos em eventos climáticos na Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado, autor do Projeto de Lei nº 2.424, de 2024, que teve parecer aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, agradeceu o Presidente Hugo Motta por pautar projetos voltados à agricultura familiar, sucessão rural, desenvolvimento rural e educação no campo. Além disso, reconheceu o trabalho dos Parlamentares que atuaram como Relatores nas Comissões, das pessoas que contribuíram com sugestões e das que ajudaram na construção das propostas. Ademais, destacou que as iniciativas aprovadas trarão impactos positivos à agricultura familiar no País. Por fim, homenageou os agricultores e agricultoras que, diariamente, garantem a produção de alimentos para o Brasil e para o mundo, e celebrou a transformação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em lei.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado elogiou o discurso do autor do Projeto de Lei nº 2.424, de 2024, Deputado Heitor Schuch, sobre a unificação de projetos que dialogam com a agricultura familiar, desenvolvimento rural, sucessão rural e educação no campo, além de valorizar o relatório ao projeto, apresentado pelo Deputado Patrus Ananias. Ainda, defendeu que o agricultor permaneça no campo com respaldo legal e políticas públicas eficazes, especialmente frente aos impactos das mudanças climáticas. Além disso, reivindicou melhorias ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e às coberturas do seguro agrícola, ressaltando a necessidade de amparo, por política pública, em situações de sinistralidade. Por fim, parabenizou a iniciativa do projeto de lei.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado destacou que o Congresso Nacional sofreu críticas e ataques do Governo Federal e parte da imprensa, que divulgou *fake news* ao caracterizar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, a PEC das Prerrogativas, como PEC da blindagem ou PEC da impunidade. Informou que defendeu publicamente, na CNN e nos meios de comunicação do Estado da Paraíba que a PEC trata de prerrogativas parlamentares. Ainda, ressaltou que a proposta visa a desenhar, na Constituição Federal, as referidas garantias constitucionais dos Parlamentares, preservando o equilíbrio entre os Poderes. Por fim, reafirmou o compromisso de sua bancada em apoiar o fortalecimento do Parlamento brasileiro.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado defendeu a federalização do trecho da rodovia TO-080, entre a BR-153, em Paraíso do Tocantins (TO), e a BR-010, em Palmas (TO), ressaltando sua relevância logística para o Brasil e para o desenvolvimento de Tocantins. Informou ter apresentado o Requerimento de Indicação nº 2146, de 2025, ao Ministério dos Transportes, com base na Lei nº 12.379, de 2011, para que a via seja incorporada ao Subsistema Rodoviário Federal. Ademais, argumentou que a rodovia conecta importantes corredores nacionais, integra o Terminal de Porto Nacional (TO) à Ferrovia Norte-Sul e ao Porto de Itaquí, no Maranhão, e, com o crescimento esperado do tráfego de cargas, haverá a necessidade de ampliação, duplicação e modernização da via, com investimentos que superam a capacidade financeira do Estado. Além



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

disso, destacou a importância da medida para a mobilidade urbana de Palmas e para o escoamento de exportações. Por fim, destacou que a federalização trará mais segurança, competitividade e desenvolvimento regional sustentável.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou o Governo Lula, acusando-o de incompetência e descaso na condução dos Correios, que acumulam prejuízos bilionários. Citou números do balanço do primeiro semestre de 2025, que registraram perdas bilionárias que ultrapassam o triplo dos prejuízos do mesmo período do ano anterior, atribuídas à queda de receitas provocadas por políticas equivocadas e uma administração que prioriza ideologias ultrapassadas em detrimento da eficiência e da responsabilidade fiscal. Ainda, apontou como agravante a chamada "taxa das blusinhas", imposto sobre compras internacionais de até 50 dólares, que reduziu o volume de encomendas, impactando negativamente a estatal. Além disso, relatou a carta de demissão apresentada pelo Presidente dos Correios, Fabiano Silva dos Santos, que alegou dificuldades em implementar cortes de despesas. Por fim, o Parlamentar destacou que o Governo Lula promove prejuízos não somente nos Correios, mas também ao Banco do Brasil, outra estatal, e cobrou responsabilidade e explicações por parte do Governo, a fim de quebrar o ciclo vicioso de má gestão e impostos disfarçados de proteção.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado alertou para a infiltração do crime organizado na economia e na estrutura do Estado, destacando pronunciamento do Secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, que advertiu sobre o risco de o Brasil seguir o caminho da Venezuela e se transformar em um narcoestado. Defendeu que o enfrentamento não se restrinja às operações policiais, mas priorize o bloqueio do fluxo financeiro das facções, por meio do rastreamento de recursos ilícitos e da responsabilização de instituições coniventes com a lavagem de dinheiro. Além disso, assinalou a relevância da atuação da Receita Federal, da Polícia Federal e de outros órgãos de controle, enfatizando, contudo, a responsabilidade do Congresso em aprovar leis que fortaleçam a fiscalização e eliminem brechas legais. Por fim, defendeu que a resposta do Congresso seja firme, célere e eficaz para impedir que o crime organizado transforme o País se transforme em um narcoestado.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado defendeu investimentos em infraestrutura de transporte no Amazonas, destacando a modernização da logística fluvial com portos eficientes, dragagem contínua e melhores condições de navegação. Reforçou, ainda, a importância da pavimentação da BR-319 como forma de integrar o Estado ao restante do País e de viabilizar maior competitividade aos produtos da Zona Franca de Manaus, bem como o acesso da população à saúde, educação e segurança. Além disso, defendeu a criação de um sistema multimodal que conecte modais fluviais e rodoviários, combinando tecnologia com a realidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

geográfica local. Por fim, afirmou que investir no Amazonas é estratégico para o futuro do Brasil, tanto do ponto de vista econômico quanto climático.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada apresentou o Projeto de Lei nº 4.295, de 2025, que altera o Código Penal Militar para estabelecer pena de reclusão de 10 a 20 anos em casos de estupro de vulnerável praticado por militar que resulte em lesão corporal grave. Argumentou que a medida corrige uma incoerência em relação ao Código Penal comum, que já prevê esse patamar punitivo, evitando que militares recebam penas mais brandas em situações idênticas. Ainda, destacou que o tema já está em debate no Supremo Tribunal Federal, ressaltando que cabe ao Parlamento oferecer solução legislativa que forneça segurança jurídica e encerre qualquer dúvida interpretativa. Ademais, assinalou que o projeto se harmoniza também com os pilares de hierarquia e disciplina do ambiente castrense. Por fim, afirmou que a proposta, além de corrigir incoerência, protege os vulneráveis, fortalece a credibilidade da Justiça Militar e transmite à sociedade a mensagem de que não haverá tolerância com essa forma de violência.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado afirmou que o julgamento em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) do ex-Presidente Jair Bolsonaro e de militares acusados de tentativa de golpe de Estado de 2023 constitui um marco histórico para a democracia brasileira. Destacou que as instituições resistiram aos ataques ao Estado Democrático de Direito, e que o processo não trata apenas da responsabilização individual, mas da defesa da Constituição de 1988 e da soberania popular. Ademais, assinalou a gravidade das acusações e sublinhou que Bolsonaro não é vítima, mas réu, diante das provas existentes, mas enfatizou que o julgamento deve garantir ampla defesa e contraditório. Por fim, desejou que o julgamento tenha caráter pedagógico, para que nenhum governante, civil ou militar, tente novamente conspirar contra a soberania popular e o Estado de Direito.

Jefferson Campos (PL - SP) - O Deputado aproveitou a proximidade do Dia da Independência para refletir sobre seu verdadeiro significado, ressaltando que não se trata apenas de um marco histórico, mas de uma missão contínua de responsabilidade e compromisso com o Brasil. Destacou que, diante das dificuldades econômicas, da insegurança e das incertezas, valores como coragem, fé, família, ética, respeito à vida e responsabilidade individual são essenciais para assegurar a liberdade e a prosperidade nacional. Ademais, enfatizou que a data deve inspirar os cidadãos a participar ativamente da vida pública, fortalecendo os princípios democráticos. Por fim, conclamou a população a renovar o compromisso com a Pátria e pediu a bênção de Deus sobre o País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 173.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/09/2025

Acácio Favacho (MDB - AP) - O Deputado comemorou a inauguração da Rota Marítima da China com o Amapá, marcada pela chegada da primeira embarcação ao Porto de Santana, conectando o Brasil diretamente ao mercado asiático. Destacou que a iniciativa reduzirá custos logísticos, ampliará a competitividade dos produtos nacionais e impulsionará setores como agronegócio, mineração, indústria e infraestrutura. Por fim, destacou que o projeto consolida o Amapá como corredor estratégico do comércio internacional e representa oportunidade de desenvolvimento regional e nacional.

ENCERRAMENTO